

## **Discriminação**

# **Ponto eletrônico para quem?** **Assembleia hoje às 12h!**

***Criação de grupo de trabalho para fundamentar nossos argumentos contra Ponto eletrônico***

**O**s trabalhadores da Unicamp perguntam: ponto eletrônico para quem? A proposta da reitoria já começa mal, diferenciando os trabalhadores e elegendo quem não vai ter que bater o PE (ponto eletrônico). Hoje, na sede nova do STU, a direção propõe a criação um grupo de trabalho para estudar a proposta da reitoria e fundamentar nossos argumentos contra a discriminação dos funcionários e elaborar

propostas para a questão do PE. Venha se inscrever para participar e trazer sua colaboração para esse estudo!

### **Política da Reitoria**

Vale lembrar que a Unicamp é uma Universidade pública de excelência, graças aos méritos dos trabalhadores que a constroem. E garantimos isso sem PE! Enquanto os funcionários diminuem e os serviços aumentam, garantimos a qualidade de nossos serviços.

Em reunião com a reitoria, questionamos se o PE era exigência do Estado ou da Justiça e nos informaram que não. Isso demonstra qual é a política de Knobel para os trabalhadores da Unicamp. Ao invés de se preocupar como acabar com o arrocho salarial, procura um caminho de controlar os trabalhadores enquanto já fará o primeiro pagamento do novo teto salarial de R\$ 39 mil.

## **Autoritarismo no corte das Gratificações Incorporadas**

**S**ob a argumentação de desde 2018 o TCE não tem homologado as aposentadorias que não sigam o previsto na Lei Complementar 813, as incorporações de gratificações efetuadas pela universidade com base na Resolução CRUESP 143 de 04/12/1996, que ocorreram entre julho 1996 e julho de 2007 estão sendo revistas. O argumento é que pela lei complementar as gratificações deveriam ter como base 1/10 da diferença entre a gratificação e o

valor incorporado. A resolução CRUESP 143 garantia a incorporação se dá após cinco anos. A Unicamp alega que isso foi corrigido pela resolução CRUESP 1/2007.

A reitoria enviou um memorando no dia 20/02 informando que essas gratificações começariam a serem revistas a partir da folha de fevereiro com pagamento em março/2020. Pegou todo mundo de surpresa e despreparado, já que é uma medida que afeta diretamente o orçamento das

pessoas.

A não homologação vem ocorrendo desde 2018, segundo a reitoria. Então porque fazer isso de forma desrespeitosa e autoritária. Não discutiu com ninguém, não deu tempo para as pessoas se preparem e sequer os sindicatos STU e Adunicamp foram comunicados. O STU não concorda com a medida e junto com a Adunicamp está encaminhando ação judicial questionando a atitude da reitoria.

## STU defende CIS Guanabara

No início dos anos noventa a Unicamp negociou com o governo do Estado a gestão da Estação Guanabara e o Armazém do Café, para funcionar o Centro Cultural de Inclusão e Integração Social (CIS Guanabara). O comodato de trinta anos venceu em janeiro e foi prorrogado até junho.

Essas áreas que deveriam continuar públicas para servir ao planejamento urbano da cidade e o interesse público, foram vendidas em 2010 pelo governo do Estado. A lógica é a especulação. A empresa Instituto Paulista de Estudo e Pesquisa - (Ipep) que comprou, anunciou um projeto educacional na área que não se confirmou e revendeu para BDI

Real Estate, que atua na área imobiliária.

A área do CIS é tombada e se faz necessário a preservação dessa área como espaço cultural e de inclusão. Por isso o STU reforça a luta para que a Unicamp continue utilizando o espaço pelos próximos noventa anos.

Essa é uma luta que tem mobilizado os trabalhadores do CIS Guanabara, os movimentos sociais e culturais da cidade, parlamentares e também a Unicamp, que através do pró-reitor de Extensão e Assuntos Comunitários, Fernando Hashimoto que já demonstrou que tem interesse e que pretende ampliar os projetos para área.

## DEPUTADOS ESTADUAIS DA RMC QUE VOTARAM CONTRA OS SERVIDORES PÚBLICOS



Cauê Macris - PSDB



Rogério Nogueira - DEM



Rafa Zimbaldi - PSB



Dirceu Dalben - PL



Valéria Bolsonaro - PSL

**ESSES VOTARAM A FAVOR DA REFORMA DA PREVIDENCIA DO DÓRIA**

## A Coordenação de Aposentados e Assuntos de Aposentadoria



convida **17/05/2020**

**Domingo de passeio em**

**Campos do Jordão**



Saída dia 16/05/2020, às 23h45  
Largo do Pará, Campinas/ SP  
Ônibus, almoço e guia inclusos.

**Valores de adesão**

Crianças até 5 anos, sem ocupação de banco no ônibus, são isentas de tarifas.	Associados e Dependentes	Não sócios e dependentes
Crianças até 5 anos com ocupação de banco no ônibus	R\$ 63,00	R\$ 68,00
Crianças de 6 a 10 anos	R\$ 82,00	R\$ 89,00
Maiores de 11 anos e adultos	R\$ 110,00	R\$ 125,00

Informações no STU: 3521-7412; 3521-7694; 3521-3498; 3521-3499; 321-7147  
Ou com os coordenadores de aposentados: Cido 99685-0851 e Malu 99873-3062



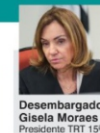
Dia 27.03 das 9h30 às 16h30 Na Câmara Municipal de Campinas

## EVENTO O Futuro do Trabalho e o Trabalhador



PAINÉIS DE DEBATES E PALESTRAS

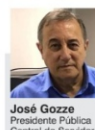
- Rumo de terceirizações, pejotização e trabalho intermitente
- Globalização dos mercados e "exportação de empregos"
- O futuro dos sindicatos
- Perspectivas da Justiça do Trabalho
- Novas tecnologias x condições de trabalho



Desembargadora Gisela Moraes  
Presidente TRT 15ª Região



Juiz Marcus Barberino  
Diretor Anamatra



José Gozza  
Presidente Pública Central do Servidor



Carlos Silva  
Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho



João Raimundo Mendonça de Souza  
Diretor STU / CTB



Denis Maracci Gimenez  
Professor do Instituto de Economia da UNICAMP e Diretor do CESIT

PAINELISTAS: Dirigentes do Judiciário - Procuradores do MPT - Especialistas Acadêmicos - Lideranças Sindicais - Dirigentes da OAB

Coordenação



INSCRIÇÕES: [www.campinas.sp.leg.br/institucional/elecamp/cursos-e-palestras](http://www.campinas.sp.leg.br/institucional/elecamp/cursos-e-palestras)

*Covardia e interesses milionários***Sob bombas e balas de borracha,  
governo Doria aprova PEC 18 na Alesp  
PLC 80 segue em tramitação**

A manobra do presidente da Assembleia Legislativa de SP, o tucano Cauê Macris, antecipando o horário da sessão de votação em segundo turno da PEC 18/2020 para as 9h de terça-feira, 3/3/2020, já dava o tom de como seria o dia. Os servidores souberam responder à altura, reorganizando os horários das caravanas em tempo recorde.

Logo nas primeiras horas da manhã, milhares de servidores públicos de todo o estado começaram a chegar, protagonizando uma das maiores mobilizações já vistas pela casa. A mando de Macris, o fiel representante do governador João Doria na Alesp, foram recepcionados pela tropa de choque da PM, que não poupou bombas de gás lacrimogênio, spray de pimenta, cassetetes e balas de borracha. A violência policial teve como palco o plenário Juscelino Kubitschek, onde ocorria a sessão, os corredores lotados da Alesp e as ruas próximas, que acolhiam milhares de manifestantes ao redor dos caminhões de som das entidades sindicais.

As cenas que se viram durante várias horas – pessoas tossindo e de olhos vermelhos, gente tentando sair da linha de tiro e servidores atingidos por balas de borracha – compõem o cenário vergonhoso em que se deu a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 18/2020, um dos instrumentos da reforma da Previdência enviados à Alesp pelo governador. Sob protestos dos deputados de oposição, que denunciavam as manobras de Macris e a violência policial, a PEC foi colocada em votação e obteve 59 votos a favor, contra 32 contrários, superando o mínimo de 57 necessários (três quintos do total). Os nomes destes parlamentares (*veja na próxima página*), que apoiaram o confisco de direitos dos servidores públicos – mais de um milhão de trabalhadores ativos e aposentados em todo o estado – e contribuíram com o projeto de desmonte do serviço



público paulista, devem ir para o “poste” agora e nos próximos três anos. No momento de fechamento deste boletim, às 10h de 4/3/2020, iniciava-se na Alesp a tramitação do PLC 80/2019 (*leia mais a seguir*).

Com a reforma da Previdência em SP, Doria segue os passos de Bolsonaro no âmbito federal, privilegiando os interesses dos grandes bancos e seguradoras, ávidos por abocanhar o rico filão da previdência pública. Enquanto ataca os direitos dos

servidores, sob o pretexto de economizar R\$ 32 bi em 10 anos, Doria segue com a política de benesses às grandes empresas: nos últimos três anos, foram concedidas isenções fiscais na ordem de R\$ 60 bi.

**Universidades e Ceeteps: Presentes!**

Caravanas de várias cidades do interior – Bauru, Botucatu, Franca, Guará, Jaboticabal, SJ dos Campos, Ilha Solteira,





*Acima e ao lado, restos dos artefatos usados pela tropa de choque contra os manifestantes. Acima (à direita), servidor mostra ferimento por bala de borracha*



Rio Preto – Campinas e grande SP, com servidores docentes e técnico-administrativos da Unesp, Unicamp, USP e Centro Paula Souza, atenderam ao chamado do Fórum das Seis e participaram desta histórica manifestação do funcionalismo paulista.

### **Imprensa manipula os fatos**

A cobertura dos fatos na Alesp em 3/3 foi bastante parcial em veículos importantes da grande imprensa. **ARede Globo**, por exemplo, focou suas matérias no “vandalismo” que teria ocorrido, enquanto o jornal **O Estado de S. Paulo** procurou mostrar que houve “conflito entre servidores e policiais”, como se fosse uma batalha de iguais: de um lado, policiais da tropa de choque armados até os dentes; de outro, servidores bradando palavras de ordem.

As entidades representativas do funcionalismo não têm dúvidas: a responsabilidade pelos tumultos e pelas pessoas feridas pela violência policial é do governador Doria e do presidente da Alesp, desde as manobras e golpes contra a tramitação democrática da matéria na casa, até a ordem para a ação dos policiais. Todo este aparato de guerra teve o propósito de avançar no projeto que defendem, de destruição dos serviços públicos e dos direitos do funcionalismo e da população.

### **O que foi aprovado**

Além da PEC, a reforma conta com outro item: o Projeto de Lei Comple-

mentar (PLC) 80/2019, que ainda está em tramitação. O objetivo da base governista é aprová-lo na sequência. No PLC, estão pontos como o aumento da contribuição, prazos e valores para recebimento de pensão por morte, regras para cálculos dos proventos e outros.

Ambos os instrumentos – PEC e PLC – atingem seriamente os servidores paulistas, estabelecendo: aumenta a alíquota de 11% para 14%, aumenta o tempo necessário de contribuição e da idade mínima (65 anos para homens e 62 para mulheres; ou 60 e 57 anos, respectivamente para professores e professoras da rede estadual), desobriga o pagamento do abono permanência, diminui o valor da pensão por morte, acaba com a aposentadoria proporcional por idade, extingue a incorporação de gratificações por função (inclusive para os ativos), entre outros.

O Fórum das Seis está organizando um material detalhado com as mudanças, para orientar os servidores.

### **A mobilização vai prosseguir! No 18M, vamos à luta!**

Os fatos deste 3 de março devem servir como combustível para a garra e a luta dos servidores públicos e do conjunto dos trabalhadores, contra a retirada de direitos e a destruição dos serviços públicos. Este é o projeto dos governos federal e estadual. O próximo passo, ao que tudo indica, é aprovarem a reforma administrativa, para atacar ainda mais os servidores (o fim da

estabilidade é um dos itens). Nossa resposta tem que ser a mobilização nas ruas.

O Fórum das Seis conclama os servidores docentes e técnico-administrativos das universidades estaduais paulistas a participarem ativamente das mobilizações convocadas para o dia 18 de março, o **18M**. Inicialmente convocada pelas entidades representativas da educação e centrais sindicais como dia de greve nacional da educação, a data já mobiliza todas as categorias do funcionalismo público.

O calendário de mobilização nas universidades combina a mobilização geral com o início da campanha salarial 2020. Estas são as datas:

**De 2 a 12/3:** Assembleias para deliberação sobre adesão ao 18M e início da discussão sobre a campanha salarial 2020.

**13/3:** Reunião do Fórum das Seis às 10h. Reunião do GT Política Salarial (F6 + Cruesp) às 14h, na Unicamp.

**18/3:** Greve Nacional da Educação - paralisações e mobilizações em defesa da educação e do funcionalismo público. Na capital, ato unificado às 16h, no MASP; haverá atos pelo estado todo.

**20/3:** Reunião do Fórum das Seis às 10h. Definição da proposta de Pauta 2020.

**23/3 a 31/3:** Rodada de Assembleias de base para discussão e aprovação da Pauta de Reivindicações 2020.

**3/4:** Reunião do F6, às 10h, para fechamento da Pauta 2020 e protocolo junto ao Cruesp.

**Entre 13 e 17/4:** Indicação do F6 para primeira rodada de negociação com o Cruesp.